
PREFÁCIO

Nomear é uma atividade inerente à espécie humana, portanto, um privilégio dos humanos! Desde os primórdios da humanidade, o ser humano nomeou pessoas, sensações, coisas, espaços como forma de identificá-los, de garantir o pertencimento, de marcar territórios, de imprimir a sua marca a tudo que o rodeia. Assim, os nomes próprios surgem de motivações distintas e obedecem a lógicas históricas e culturais que estimulam, desde a escolha do nome para o filho que nasce, para o novo território conquistado, para a nova propriedade adquirida, para os caminhos terrestres recém-descobertos e percorridos até referentes do espaço físico como elementos da hidronímia, da zoonímia, da oronímia, da hodonímia...

Nesse processo de nomeação, as práticas e as regras variam ao longo do tempo – num processo histórico e segundo lógicas distintas de denominação – e são motivadas por diferentes correntes do pensamento. Da filosofia de épocas pretéritas às contemporâneas, a temática da natureza do nome, particularmente a do nome próprio, tem sido objeto de reflexões, instigado discussões e, consequentemente, gerado interpretações distintas de acordo com as diversas correntes do pensamento e o momento histórico. Da Mitologia, da Filosofia, da Antropologia, da História das Religiões e da Linguística têm emergido concepções distintas acerca da natureza e do conceito de nome próprio.

Nesse sentido, os nomes próprios de pessoas podem ser examinados na perspectiva do sagrado, como ocorre entre muitos povos para quem o nome confunde-se com o próprio ser, por isso é sagrado: macular o nome significa macular o ser nomeado. Assim, o repertório lexical da língua, além de armazenar o léxico comum que resulta da nomeação de elementos físicos, humanos e intelectuais cotidianos de uma sociedade que, por sua vez, traduz a forma de percepção e representação da realidade, reúne os nomes próprios de pessoas e de lugares, com toda a carga cultural, ideológica, mitológica e referencial neles impregnada. Nesse contexto, não pode ser desconsiderada a função referencial, denotativa dos nomes próprios, a par do seu valor simbólico e representativo de uma realidade motivacional.

A Onomástica é a área de conhecimento que estuda os nomes próprios em geral, nas suas dimensões mais profundas (aspectos linguístico-etimológicos, antropológicos, sócio-históricos, geográficos...), examinando o processo de denominação em diferentes épocas e localidades por meio de suas duas grandes áreas de investigação: a Antroponímia, que estuda a origem de nomes próprios de pessoas, nomes individuais, parentais, sobrenomes, apelidos e alcunhas; e a Toponímia, que tem como objeto de estudo os nomes de lugares, os enunciados linguísticos que nomeiam e identificam espaços de áreas rurais (rios, córregos, sangas, corixos, igarapés, cachoeiras, montanhas, serras, cordilheiras...) e urbanas (cidades, vilas, povoados, bairros, ruas, alamedas, praças...). O *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS 2011) listou entre os termos onomásticos a *Toponomástica* e a *Antroponomástica* para nomear as duas áreas da Onomástica, tradicionalmente identificadas pelos termos Toponímia e Antroponímia. Os autores desta obra, seguindo essa tendência, optaram pelo termo *Antroponomástica*.

Em síntese, o nome próprio, de pessoa ou de lugar, registra e perpetua crenças, valores, procedências de grupos sociais e, por extensão, da sociedade em diferentes momentos de sua história com suas ideologias, devoções, motivações e também seus modismos e valores. Logo, o estudo dos nomes próprios, para além da dimensão linguística dos signos antroponímico e toponímico, implica considerações sobre particularidades que os envolvem, como questões históricas e ideológicas, incluindo processos de renomeações (substituições, acréscimos, reduções de palavras), muito recorrentes sobretudo em nomes de lugares, além de transferências entre nomes de pessoas e de lugares, fenômeno frequente na nomeação especialmente de lugares, em que antropônimos se deslocam para o universo dos nomes de lugares adquirindo o *status* de topônimos. Trata-se, pois, de uma área de investigação com forte caráter interdisciplinar, na medida em

que a Onomástica, enquanto campo autônomo e solidificado de conhecimento, dialoga com a Linguística, área mais ampla a que se vincula, com a História, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia...

Nesse cenário, entende-se que a obra *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*, de autoria de Eduardo Tadeu Roque Amaral e de Márcia Sipavicius Seide, pesquisadores brasileiros especialistas na área dos estudos lexicais, voltada especificamente para a discussão do nome próprio de pessoa, vem suprir uma lacuna existente no âmbito da Linguística no Brasil, mais especificamente no que se refere aos estudos onomásticos, uma vez que condensa diferentes abordagens epistemológicas acerca do tema sem desconsiderar a dimensão histórico-ideológica. Enfim, dissemina bases teóricas e diretrizes metodológicas que sedimentam pesquisas no âmbito da Antroponímia/Antroponomástica.

Merece destaque também em relação à obra o fato de ela ser fruto de reflexões teóricas dos autores com base em resultados de projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos Programas de Pós-Graduação a que estão vinculados, reflexões essas em sua grande maioria partilhadas e discutidas nos encontros anuais do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (GTLEX), vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), que congrega pesquisadores associados a programas de pós-graduação em Linguística com linhas de pesquisa que contemplam os estudos lexicais nas suas diferentes perspectivas, incluindo a dos estudos onomásticos.

Um olhar mais abrangente para o plano da obra demonstra que, a par da discussão teórica, é latente a atenção para a sua dimensão didática, o que fica evidente na estrutura do livro como um todo, mas de forma especial no fechamento de cada capítulo por meio do tópico “síntese do capítulo”.

O percurso da obra persegue essa linha de raciocínio, e cada capítulo discute uma dimensão do estudo dos nomes próprios. Os dois primeiros fornecem ao leitor informações mais genéricas acerca da temática da obra. O primeiro capítulo traz um “panorama sobre os estudos onomásticos”, preparando assim o leitor para a sua imersão no conteúdo específico do livro que começa a se desenhar a partir do segundo capítulo – “A categoria do nome próprio”. Os seis capítulos subsequentes voltam-se diretamente para os *antroponimos*, o tema central da obra: “Tipologia dos antropônimos” (Cap. 3); “Morfossintaxe dos antropônimos” (Cap. 4); “Semântica dos antropônimos – parte 1” (Cap. 5); “Semântica dos antropônimos – parte 2” (Cap. 6); “Antropônimos e léxico” (Cap. 7) e “Antropô-

nimos e outras áreas” (Cap. 8). Os capítulos são precedidos pela “Introdução” e sucedidos pelas “Considerações finais e perspectivas”, a “Bibliografia” e os “Dados sobre os autores”.

Apresentadas essas considerações preliminares sobre o conteúdo da obra, na sequência são realizadas ponderações acerca de cada capítulo em particular, destacando-se aspectos julgados mais relevantes para o teor deste texto introdutório da obra em foco – *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira* –, que tem como proposta mais ampla “apresentar ao leitor uma descrição e uma análise dos nomes próprios de pessoa na língua portuguesa do Brasil” (p. 28).

O primeiro capítulo do livro, “Panorama dos estudos onomásticos”, propicia ao leitor um “voou panorâmico” sobre as investigações relacionadas à área da Onomástica, com foco em dois grandes eixos: o internacional e o nacional. Para tanto, os autores buscam destacar contribuições de “entidades científicas, grupos de pesquisa e eventos importantes para a área” (p. 31). Trata-se de um capítulo de suma importância para estudiosos de temas relacionados à Onomástica, em especial para os que estão galgando os primeiros degraus no universo dessa área, ao mesmo tempo ampla e instigadora.

No tópico *Breve história dos estudos onomásticos*, os autores recuperam informações relacionadas a estudos pioneiros acerca do estudo dos nomes próprios, destacando inicialmente a contribuição dos egípcios, que já “diferenciavam os nomes comuns dos nomes próprios nas inscrições”, o que se confirma com o hieróglifo que “representa o nome de Cleópatra”, reproduzida na Figura 1.1 (p. 32). À esteira dessa linha de raciocínio, os autores sistematizam dados que permitem a construção de uma linha do tempo dos estudos onomásticos. Para concretizar esse intento, recuperam casos da presença de nomes próprios em mitos, lendas e textos literários produzidos há milhares de anos, dentre outros, a *Bíblia Sagrada* dos cristãos e a *Teogonia: a origem dos deuses* (Hesíodo), passam pela contribuição dos filósofos gregos (Platão), pelos dicionários do século XVI que registraram listas trilingües de nomes próprios (grego, latim e alemão), sem desconsiderar o papel dos calendários cristãos e dos martirologios na atribuição e difusão de nomes próprios. Destacam também a preocupação com o estudo etimológico dos nomes que marcou as pesquisas onomásticas iniciais em alguns países europeus no século XVIII. O estudo da história dos nomes também ganha força no século XIX com o desenvolvimento dos métodos de pesquisa filológica. Segundo os autores, “a virada do século XIX para o século XX presenciou um aumento geral na investigação de nomes próprios em todo o mundo” (p. 35).

Nesse contexto destacam-se as contribuições de Albert Dauzat (1877-1955), na França, e de José Leite de Vasconcelos (1858-1951), em Portugal, que se tornam referência para os estudos onomásticos. No século XX, é destaque a importância de associações ou sociedades civis para o desenvolvimento de pesquisas onomásticas, com destaque para a importância do *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS), promovido pelo *Conselho Internacional de Ciências Onomásticas*. As informações relacionadas a esse último enfoque estão sintetizadas no Quadro 1.1 – Instituições estrangeiras de pesquisa onomástica (p. 38). O caráter interdisciplinar marca as pesquisas onomásticas nos séculos XX e XXI, que evidenciam a interface entre “os estudos linguísticos e a antropologia, a sociologia, a literatura, etc.” (p. 39).

Na sequência do capítulo, Amaral e Seide abordam com muita pertinência os *Estudos antroponomásticos em nível internacional* ao qual se vinculam os seguintes tópicos: *Antroponomástica ficcional*; *Antroponomástica comparada*; *Antroponomástica aplicada aos estudos da tradução*; *Política linguística antroponímica e jurisdição antroponímica* e *Antroponomástica histórica*.

Já no que concerne ao eixo nacional, aqui estabelecido, o primeiro capítulo, no tópico *Estudos antroponomásticos em âmbito nacional*, destaca o caráter recente das pesquisas antroponímicas no Brasil em comparação com as anteriormente mencionadas, fenômeno também observado em relação às descrições linguísticas em geral.

Pontuam ainda os autores, com base em Pinto (1978), o surgimento do “pressuposto da existência de uma realidade linguística brasileira em oposição à portuguesa” (p. 46). Além disso, destacam: i) o início dos estudos dialetais da língua portuguesa do Brasil no início do século XX, voltado apenas para nomes comuns¹; ii) a criação das primeiras faculdades de filosofia no Rio de Janeiro e em São Paulo, que provocam o início de “um processo de ‘cientifização’ dos estudos linguísticos no Brasil”; iii) o estudo sobre nomes próprios de base indígena levado a cabo por pesquisadores de áreas diversas, dentre outros, os realizados por Carlos Drummond a partir de nomes bororos (DRUMOND, 1954; 1965). Nesse contexto é defendida, sob a orientação desse mesmo pesquisador, em 1980, na Universidade de São Paulo, a tese de doutorado *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*, de autoria de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, obra que se transformou em um divisor de águas nas pesquisas onomásticas no Brasil, em especial para

¹ Entende-se que os autores referem-se aqui à publicação do *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, em 1920.

as pesquisas linguísticas na área da Toponímia; iv) a publicação das obras *Digressões Antroponímicas* em 1951, de autoria de Henrique Fontes (1885-1966), que aborda aspectos etimológicos de nomes próprios de pessoas brasileiras, e *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes* (1949), de Rosário Farâni Mansur Guérios (1907-1987), já na terceira edição (1981) – conforme Amaral e Seide a respeito dessa última obra, a sua “contribuição aos estudos onomásticos no Brasil é de extrema relevância para muitos trabalhos contemporâneos” (p. 47); v) o registro de uma maior aproximação entre estudos onomásticos e linguísticos passa a ocorrer a partir da segunda metade do século XX, estes “geralmente [...] desenvolvidos por docentes e alunos de instituições brasileiras de ensino superior” (p. 47) e por alunos de pós-graduação a partir do final dos anos 1960 e do início da década de 1970, quando começam a ser criados cursos de pós-graduação no Brasil; vi) a criação do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (GTLEX) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOL), em 1986, e a criação da revista eletrônica GTLEX (2015), por esse grupo, iniciativas que representaram um avanço para as pesquisas sobre nomes próprios no Brasil, tendo em vista que o GTLEX congrega “pesquisadores de diferentes instituições que se ocupam dos nomes próprios, especialmente dos topônimos e antropônimos” (p. 48).

Já no item *Publicações sobre antropônimos no Brasil*, Amaral e Seide apresentam um panorama geral do estado de arte das “publicações sobre os estudos antroponímicos realizados no Brasil”, discutindo dados oriundos de 45 trabalhos, 43 pesquisas² e “dois capítulos da série *Ciências do Léxico* que tratam da antroponímia brasileira” (p. 48). Os autores consideram que “as pesquisas apresentadas em conjunto [...] adotam um mesmo viés ou seguem o mesmo paradigma de pesquisa ou focam objetos de estudo semelhantes” (p. 48). Na sequência do capítulo, são descritas e comentadas essas publicações.

É importante registrar que, em vários momentos ao longo do capítulo dois, os autores fazem remissões a diferentes capítulos da obra que tratam da temática em questão de forma mais pontual, o que soma positivamente no conjunto do livro, pois garante o diálogo entre os seus diferentes capítulos. Esse recurso é recorrente nos demais capítulos. Positiva também é a estratégia de apresentar no final do capítulo uma síntese da temática abordada, o que ocorreu por meio do Quadro 1.2 – Síntese do capítulo 1.

² Dados obtidos pelos autores por meio de pesquisa realizada em dezembro de 2018, referentes ao período de 2011 a 2018, por meio da ferramenta de busca Google Acadêmico.

Por sua vez, o segundo capítulo da obra – “A categoria dos nomes próprios” – centra a discussão nessa classe de nomes e fornece informações básicas sobre a categoria dos nomes próprios. Para tanto, os autores partem de contribuições fornecidas por gramáticas tradicionais e por gramáticas descritivas. O capítulo tem como meta tentar responder à pergunta “o que são os nomes próprios”. Para o alcance desse propósito, Amaral e Seide discutem a temática a partir de quatro parâmetros: *Nomes próprios e a gramática tradicional*, recuperando, para a tarefa, tanto a posição de gramáticos tradicionais como Dionísio da Trácia (séc. II-I a.C.) e João de Barros (1496-1570), quanto de gramáticos contemporâneos como de Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2015). Os autores consideram que “as gramáticas descritivas da língua portuguesa ampliam um pouco a visão tradicional, mas não chegam a se debruçar sobre as propriedades específicas dos nomes próprios” (p. 57) e retomam as posições de linguistas brasileiros contemporâneos como Castilho (2010) e Neves (2000).

Nesse mesmo tópico, Amaral e Seide destacam o interesse de diferentes áreas do conhecimento pela natureza do nome próprio, como a Psicologia, a Psicopedagogia, a História, a Antropologia, a Lógica e a Filosofia, indicando fontes específicas de cada um desses ramos do saber em termos de abordagem do nome próprio. Na sequência, agora focando estudos voltados para elementos linguísticos, os autores listam áreas de estudo que se ocupam da temática em pauta, como a Sociolinguística, a Semântica, a Dialectologia, a Linguística Histórica, a Lexicologia e a Lexicografia, a Tradução e a Linguística de *Corpus*, indicando também referências bibliográficas relacionadas a cada uma delas que focalizam o nome próprio.

No tópico subsequente, *Caracterização dos nomes próprios*, os autores assumem que “os nomes próprios são unidades linguísticas desprovidas de traços semânticos identificadores de classe, que fazem parte do repertório linguístico do falante, possibilitando-lhe fazer referência a uma entidade única em um universo de conhecimento” (p. 57). De forma bastante didática, por meio do Quadro 2.1 – Características gerais dos nomes próprios, sistematizam os traços básicos que identificam nomes dessa natureza: “a) possibilitam a identificação direta de um referente único em um universo de conhecimento compartilhado por emissor e receptor; b) possuem capacidade de referir, independentemente da presença de determinante; c) não apresentam traços semânticos identificadores de classe; d) são grafados com maiúscula inicial” (p. 58).

Merece destaque ainda no capítulo dois a temática tratada no tópico *Tipologia dos nomes próprios*, por fornecer uma significativa contribuição para

a área dos estudos onomásticos. Por tratar-se de uma classe de nomes bastante heterogênea, toda tentativa de estabelecer tipologias requer estudos comparativos acerca das diferenças entre as diversas categorias de nomes próprios a partir de parâmetros distintos. Os autores examinam diferentes taxionomias para, no final, apresentarem a proposta adotada na obra. Dentre outras, descrevem, por exemplo, a proposta de classificação semântica de Allerton (1987), que contém seis subcategorias; a de Wilmet (1995a), que distingue nomes comuns essenciais, nomes próprios essenciais, nomes comuns acidentais e nomes próprios acidentais; a de Bajo Pérez (2008), que apresenta uma classificação com oito categorias; a de Van Langendonck (2007), que distingue os nomes próprios prototípicos dos nomes próprios não prototípicos. Nesse conjunto de propostas, segundo os autores, um dado é indiscutível: “a presença de antropônimos e de topônimos. Todos reconhecem que os nomes próprios de pessoa e os nomes próprios de lugares constituem categorias importantes, isto é, classes de elementos dentro do conjunto de nomes próprios” (p. 62).

Concluídas as ponderações acerca das propostas de tipologias apresentadas, por meio do Quadro 2.2 – Proposta tipológica dos nomes próprios, Amaral e Seide compartilham a proposta defendida por eles no âmbito da obra, elaborada com base em critérios linguísticos e sociais, além de considerarem o princípio de que “os nomes próprios, por serem objetos transdisciplinares, não podem ser identificados apenas por um critério específico” (p. 62).

Pautando-se, pois, nesses pressupostos, a proposta de tipologia de Amaral e Seide é organizada segundo seis grandes categorias de nomes próprios: 1. **Antropônimos** (nomes de pessoas), com cinco subcategorias; 2. **Topônimos** (nomes de lugares), com quatro subcategorias; 3. **Organizações sociais públicas ou privadas**, com seis subcategorias; 4. **Produtos da atividade humana**, com quatro categorias; 5. **Animais individualizados**, com duas subcategorias; 6. **Eventos individualizados**, com quatro subcategorias (p. 63).

Por fim, o item *Nomes próprios e legislação* focaliza a relação entre nomes próprios e a legislação que regulamenta a atribuição de nomes a pessoas, a lugares e a sociedades empresariais, em âmbito nacional e internacional. O último tópico – *Síntese do capítulo* – traz a síntese do conteúdo do capítulo que está organizada no Quadro 2.4 – *Caracterização da categoria dos nomes próprios*.

Como já assinalado anteriormente neste texto, a partir do terceiro capítulo os autores centram-se mais especificamente na temática da obra, discutindo a categoria dos antropônimos sob diferentes perspectivas. O capítulo três, por exemplo, discute a *Tipologia dos antropônimos*, que está organizada segundo

dois pontos de vista: apresentação e discussão de propostas de classificação de antropônimos defendidas por diferentes autores e apresentação da proposta de classificação de antropônimos voltada para a “realidade antroponímica brasileira” (p. 71).

A temática central desse capítulo é desenvolvida por Amaral e Seide também de uma forma didática, fornecendo um detalhamento que busca abarcar as mais variadas manifestações de nomes próprios de pessoas. O terceiro capítulo traz, por exemplo, um olhar para a *Diversidade interna do conjunto dos antropônimos*. Por serem uma classe bastante heterogênea, os antropônimos evidenciam grande diversidade estrutural. Na tentativa de elucidar essa questão, os autores discutem diferentes propostas de tipologias, como a de Leite de Vasconcelos (1928), voltada para a realidade da antroponomástica portuguesa, pautando-se em dados de uma sincronia que abarca dados desde a Idade Média até a primeira década do século XX, o que, segundo os autores deste livro, “dificulta a aplicação a dados do português brasileiro” (p. 72). Outros trabalhos de destaque que tratam de classificação tipológica de antropônimos são apontados pelos autores, como Van Langendonck (2007) e Bajo Pérez (2002; 2008) (p. 73).

Os autores seguem, para a questão dos antropônimos, a mesma conduta adotada no capítulo anterior para os nomes próprios em geral, qual seja, a de apresentar uma proposta de tipologia para essa categoria de nomes próprios também voltada para a realidade brasileira. Para tanto, propõem duas grandes categorias de antropônimos, os *antropônimos do registro civil (ou nome civil)* e os *antropônimos não pertencentes ao registro civil*. As subcategorias a elas associadas buscam contemplar a diversidade de antropônimos identificada pelos autores da obra por meio de suas pesquisas sobre essa temática. À categoria dos *nomes civis* vinculam três subcategorias: *prenome*; *sobrenome*; e *agnome*. Já aos *antropônimos não pertencentes ao registro civil* os autores associam onze subcategorias: *apelido (ou alcunha ou cognome)*; *hipocorístico*; *pseudônimo*; *codinome*; *heterônimo*; *nome artístico (e nome de palco)*; *nome de guerra*; *nome religioso*; *nome social*; *nome de urna*; e *nome parlamentar*. A proposta é discutida amplamente pelos autores, e cada subcategoria é atestada com significativa diversidade de exemplos, o que confere a ela solidez e possibilidades de aplicação a outros *corpora* possíveis de serem organizados no âmbito do português brasileiro. O último tópico – *Síntese do capítulo*, a exemplo do ocorrido nos capítulos anteriores, cumpre a sua função de oferecer ao leitor um resumo dos pontos de vista discutidos ao longo do terceiro capítulo.

Obedecendo ao plano estabelecido para a obra, os capítulos quatro, cinco e seis discutem as características morfossintáticas e semânticas dos antropônimos no português brasileiro. O capítulo quatro – "Morfossintaxe dos antropônimos" – está estruturado em três tópicos aos quais estão associados os diversos aspectos da temática abordada: *aspectos morfológicos*, examinando os antropônimos, conforme aspectos relacionados ao "uso de maiúsculas, ao gênero, ao número e aos processos de derivação morfológica dos nomes próprios"; (p. 102) a *grafia*; o *gênero gramatical*; o *número gramatical*; a *derivação morfológica*, este subdividido em dois outros: *De um tipo de antropônimo a outro* e *De antropônimo a nome comum*. A abundância de exemplos, a organização dos dados em quadros e a discussão da temática com base em teorias linguísticas apropriadas aos fenômenos examinados dão sustentabilidade ao tema tratado no tópico em questão.

Ainda no âmbito do quarto capítulo, os autores discutem os nomes de pessoas também na perspectiva da sua sintaxe no subitem 4.2 – *Aspectos sintáticos*, focalizando os seguintes aspectos do tema: *Antropônimos sem determinante*; *A construção do tipo o presidente Lula*; *Antropônimos com adjetivo*; *Antropônimos com artigo definido*; *Antropônimos com artigo indefinido*; e *Outras configurações do sintagma antroponímico*. Completam o capítulo os tópicos *O fenômeno da ausência/presença de artigo diante de antropônimos* e a *Síntese do capítulo*.

O conteúdo desse capítulo evidencia de forma especial como o sintagma antroponímico, um signo de língua, está sujeito a muitas regras que orientam a formação de unidades lexicais do léxico comum, dentre outros, os processos de formação de palavras (formado por justaposição ou por aglutinação) e, do ponto de vista sintático, o substantivo comum e o antropônimo podem figurar como núcleo do sintagma nominal (núcleo do sujeito ou núcleo do objeto) como confirmam os exemplos apresentados e discutidos pelos autores a partir das sentenças 19a, 19b, 20a e 20b (p. 113-114), apenas para citar dois casos que são amplamente discutidos no capítulo à luz de referenciais teóricos distintos e atestados com exemplos esclarecedores. Ainda no mesmo capítulo, o tópico 4.3 traz à baila uma questão de influência de um fenômeno de variação linguística no português brasileiro na configuração de antropônimos: *a ausência/presença de artigo diante de antropônimos*.

Nesse tópico, a exemplo dos demais, os autores realizam uma discussão consistente do fenômeno com base em resultados de uma gama significativa e variada de resultados de pesquisas orientadas por distintas correntes teóricas, com maior ênfase nas de cunho sociolinguístico. A inclusão de dados estatísticos por meio de tabelas e o mapa apresentado nas páginas 130-132 (Mapa 4.1 –

Realização da presença de artigo definido diante de antropônimos em diferentes localidades de Minas Gerais) enriquecem a discussão. Segundo os autores, os fatores discutidos nesse tópico “demonstram que o fenômeno da variação da ausência/presença de artigo antes de antropônimos no português brasileiro sofre influência de diferentes fatores, sejam eles linguísticos, sejam extralinguísticos. Por isso, acredita-se que futuras pesquisas poderão contribuir para a elaboração de um mapa mais amplo do tema ao longo do território brasileiro” (p. 133)³. O tópico 4.4, *Síntese do capítulo*, traz a síntese do conteúdo que foi objeto de discussão detalhada no Quadro 4.3 – Síntese do capítulo 4.

A par do enfoque da morfossintaxe dos antropônimos, a obra contempla, na sequência, a não menos complexa questão da semântica dos nomes próprios, que é discutida pelos autores em dois densos capítulos. No quinto capítulo, focaliza-se a questão a partir dos estudos iniciais da Lógica e da Filosofia da Linguagem sem desconsiderar as contribuições da Semântica Lexical e da Semântica Enunciativa, propostas, respectivamente, por Michel Bréal e Émile Benveniste.

Conforme Amaral e Seide, “uma das questões mais discutidas nos estudos sobre o nome próprio refere-se ao problema de saber se ele tem ou não um sentido ou um significado (no alemão, *Sinn* ou *Bedeutung*; no inglês, *meaning* ou *sense*)” (p. 136). Os autores reconhecem que, “apesar de linguistas contemporâneos aceitarem o fato de que o tema não pode ser posto simplesmente como presença ou ausência de sentido [...] é possível distinguir pelo menos três grupos de autores” (p. 136), considerando-se também contribuições dos clássicos: i) “os autores que argumentam que o nome próprio possui um sentido [...] Frege (1892 [2009]), Strawson (1985) e Searle (1958) e (1969)”; ii) “os trabalhos que defendem que os nomes próprios não possuem sentido [...] John Stuart Mill [...] nomes próprios somente **denotam** e não conotam [...] nome próprio como **designador rígido**, segundo ideias de Kripke (1980)”; e iii) “os trabalhos que pertencem mais ao campo da Linguística, especialmente dos estudos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX” (p. 137).

No tópico *A teoria descritivista ou teoria do sentido* os autores retomam a tese de que “o nome próprio possui sentido e referência – ele está associado

³ Registre-se, nesse particular, que o Questionário Morfossintático (QMS) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), por meio das perguntas 1 e 2, documentou a questão da presença/ausência de artigo diante de nome próprio por meio de entrevistas com 1.100 informantes, naturais de 250 localidades distribuídas pelas cinco regiões geográficas do Brasil (https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/documentos_4.pdf). As cartas linguísticas em processo de produção pelos pesquisadores do Projeto ALiB a partir dos dados documentados fornecerão um panorama do fenômeno em nível nacional.

à(s) descrição(ões) definida(s) que permite(m) identificar o referente [...] (FREGE, 1892 [2009])” (p. 137). Frege estabelece a diferença entre “referente (o próprio objeto), sentido (o modo de apresentação do objeto) e representação (ou imagem) – esta de caráter subjetivo” (p. 139). Na sequência do capítulo, os autores discutem com muita propriedade a polêmica relação entre sentido e referência com base em autores clássicos que se ocuparam dessa questão. Para tanto, passam por Russell, Strawson e Searle na discussão da controversa relação entre sentido e referência. Concluem os autores, a partir de exaustiva discussão do tema, que “da teoria de Frege aos postulados de Searle, houve um deslocamento tanto nas definições terminológicas quanto nas caracterizações dos nomes próprios. Mas todos os autores defendem, à sua maneira, certo sentido atribuível a esses itens” (p. 146).

Ainda no âmbito do quinto capítulo, o foco da discussão se desloca para outro eixo: *A teoria referencial direta ou teoria causal*, que tem em Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista de grande influência no século XIX, um forte representante. É de Mill (1984 [1843], p. 97) a proposta de “distinção entre nomes conotativos e não conotativos” (p. 146). Também nesse tópico Amaral e Seide discutem os princípios e desdobramentos da teoria referencial direta ou teoria causal e apontam Saul Kripke como “o principal representante da teoria causal” (p. 147), chamando ainda a atenção para o fato de ser ela “considerada a mais influente atualmente entre lógicos, filósofos da linguagem e linguistas no que concerne ao significado e à referência dos nomes próprios” (p. 151). O tópico é concluído com a apresentação da Figura 5.1, adaptada de Amaral (2008), que reúne dados sobre “a cronologia de obras representativas sobre os nomes próprios, de 1843 a 1981, todas com o título original e o ano da publicação de cada uma” (p. 153).

Ainda relacionado à *Semântica dos antropônimos*, Amaral e Seide discutem, dentro do quadro teórico da semântica formal, a questão do *nome próprio como predicado e a teoria do predicado de denominação*, que têm Tyler Burge como seu defensor na medida em que esse teórico considera os nomes próprios como predicados. Segundo a visão de Burge, “os nomes próprios cumprem o papel semântico de **predicado** em todas as ocorrências” (p. 155). Embora passível de questionamento em alguns aspectos, como o demonstrado na discussão desse viés teórico, os autores desta obra argumentam que o trabalho de Burge “cumpre fundamental importância no desenvolvimento de teorias posteriores” e que “as ideias do autor abrem caminho para os estudos de Kleiber (1981) e de uma série de autores posteriores que viriam a pesquisar o estatuto linguístico dos usos dos nomes próprios chamados de *modificados*” (p. 155). Diferentes teóricos são

visitados por Amaral e Seide, alguns defensores e outros opositores dessa perspectiva de interpretação semântica dos nomes próprios, tema discutido também no sexto capítulo deste livro. O último tópico cumpre a sua função de síntese, como o previsto no plano da obra. O Quadro 5.1 – Características semânticas do antropônimo – lista cinco tópicos que condensam o conteúdo do capítulo.

A discussão da dimensão semântica dos nomes próprios de pessoas tem continuidade no sexto capítulo desta obra com base não mais em correntes teóricas decorrentes dos estudos lógicos e filosóficos, mas sim segundo contribuições de linguistas que se dedicaram a pesquisas sobre a questão do significado (semântica). Assim, à esteira do capítulo cinco, o sexto – *Semântica dos nomes próprios – parte 2* – tem como objetivo “mostrar a diversidade de pontos de vista adotados ao longo dos estudos linguísticos sobre a definição e a conceituação dos nomes próprios de modo a que o leitor possa ter uma visão global do assunto” (p. 161). Para alcançar esse intento, Amaral e Seide abordam questões teóricas relacionadas à definição dos nomes próprios pautados em Bréal e em Saussure, além de perspectivas teóricas recentes que “incorporam e transcendem o estudo do significado descritivo dos antropônimos” (Marie-Noëlle Gary-Prieur). Também estabelecem uma “ponte entre aspectos linguísticos e sociais” a partir de Lyons e de Ullmann (p. 161).

A organização estrutural do capítulo contempla cinco tópicos. O primeiro – *O nome próprio de pessoa segundo Bréal* – resgata o pensamento do semanticista francês. Segundo Amaral e Seide, para Bréal (1832-1915), “à diferença dos nomes comuns, nos nomes próprios, há uma relação unívoca entre nome e coisa e uma designação específica a seres individuais” (p. 162). O segundo tópico do capítulo – *O signo antroponímico para Saussure e sua relação com os nomes próprios* – destaca a visão de Saussure (1857-1913), que também se diferencia da tradição filosófica. Ainda segundo os autores desta obra, “há apenas uma menção aos nomes próprios, no capítulo relativo à analogia, estudada a partir da Linguística diacrônica” (p. 163) no *Curso de Linguística Geral*, mas os estudos de Henriques (2011), a partir de manuscritos de Saussure, trouxeram novas informações sobre a questão dos nomes próprios. Concluem, pois, Amaral e Seide, que “o estudo dos nomes próprios faz parte do escopo pensado por Saussure para a Linguística e [...] a questão da referência não foi desprezada por ele, foi vista como um terceiro elemento, formando uma tríade com o significante e o significado” (p. 166).

Questões semânticas recentes é o tema do tópico subsequente em que os autores retomam o pensamento de Kleiber (1981), considerado por eles “um

marco importante na história dos estudos linguísticos sobre os nomes próprios” (p. 167). Outros olhares sobre a questão são apresentados pelos autores ao longo desse tópico, como o de Molino (1982), para quem o nome próprio situa-se “em um campo intermediário entre o campo dêitico e o campo da representação” (p. 167); o de Jonasson (1994), para quem “o nome próprio tem como função cognitiva fundamental nomear, afirmar e manter uma individualidade” (p. 168); o de Gary-Prieur (1994), para quem o nome próprio carece de “competência específica” para ser interpretado e também entende que para a compreensão semântica do nome próprio duas noções precisam ser consideradas: “a de *referente inicial* e a de *conteúdo* do nome próprio” (p. 168).

Já no tópico *Outras perspectivas*, ainda no mesmo capítulo, os autores resgatam e discutem as posições de Lyons (1979; 1987), para quem “enquanto os substantivos comuns são termos universais, os nomes próprios são termos particulares ou singulares” (p. 172), posição revista posteriormente pelo semanticista, que passa a considerar como necessário “o estudo do significado expressivo e do significado social da linguagem” (p. 173). Esses tipos de significado foram retomados no último capítulo desta obra. Amaral e Seide citam também neste capítulo a posição de Ullmann (1914-1976), que se pautava no significado descritivo dos antropônimos, tendo defendido a posição de Mill, precursor da teoria causal, o que não o impede de “reconhecer a existência de sentidos conotativos nos nomes próprios” (p. 173). O Quadro 6.1 – Definições sobre a semântica do antropônimo sintetiza os pontos de vista defendidos no capítulo seis. Considera-se aqui que o conteúdo dos capítulos cinco e seis é de caráter complexo e instigante e, como os demais, foi tratado de forma criteriosa pelos autores.

Enquanto nos capítulos de três a seis o foco foi a natureza dos antropônimos, temática discutida a partir de diferentes dimensões e enfoques teóricos, o penúltimo – “Antropônimos e léxico” – centra-se na relação entre nome próprio e nome comum, incluindo a questão da dicionarização dos nomes próprios de pessoas e de nomes comuns derivados de nomes próprios. A Figura 7.1 – Posição dos nomes próprios no sistema nominal –, adaptada pelos autores de Nübling, Fahlbusch e Heuser (2015, p. 28), visualiza num primeiro plano a relação entre nomes concretos e abstratos para, em seguida, demonstrar as diferentes categorias de nomes concretos. No lado esquerdo do organograma, situam-se os nomes próprios e, do lado direito, as três categorias de nomes de outra natureza (nomes comuns, nomes coletivos e nomes de massa). Os nomes próprios vinculam-se à Onomástica, e os nomes comuns ao léxico da língua. O bloco da Onomástica tem como traços a singularidade, a individualidade, a definitude, enquanto os

dos nomes comuns agrupam os traços contável/não contável; pluralizável/não pluralizável e abstrato.

O capítulo discute também casos em que os antropônimos dão origem a unidades do léxico comum, o que ocorre em *Estudos sobre os itens lexicais derivados de nomes próprios*, focando casos de nomes comuns derivados de nomes próprios, como os *epônimos* e os *deonomásticos*, embora os autores não se aprofundem nessa questão terminológica, tendo optado por chamarem “indistintamente de *formas derivadas* todas aquelas unidades que se originam de um nome próprio” (p. 180).

Ainda na esteira dessa temática, em *A presença de derivados de antropônimos em dados da língua portuguesa*, os autores destacam a questão da dicionarização de nomes comuns derivados de nomes próprios e discutem resultados de análise de uma amostra de dados extraída de dois dicionários monolíngues online – *Dicionário Aulete Digital (DAD)* e *Grande Dicionário Houaiss (GDH)* –, com o propósito de verificar “se os nomes fazem parte dos verbetes das obras, como são grafados e classificados e se há convergência de informação entre eles” (p. 180). No tópico *Nomes de invenções ou descobertas* os autores fornecem um rol de antropônimos que deram origem a nomes comuns por meio do Quadro 7.2 – Exemplos de antropônimos que deram origem a nomes de unidades de medida e do Quadro 7.3 – Exemplos de antropônimos que deram origem a nomes de partes da anatomia humana. Integra esse mesmo capítulo o tópico *Nomes de marca*, que discute casos de nomes derivados de marcas de produtos, como acontece com o item lexical *gilete*, que denomina genericamente qualquer lâmina de barbear e que tem origem no sobrenome do inventor da lâmina King Camp Gillete (1855-1932) (p. 184). O capítulo discute também outros dois temas: *Nomes comuns derivados de antropônimos ficcionais* e *Nomes de teorias, doutrinas e crenças*. As Tabelas 7.1, 7.2 e 7.3 reúnem a produtividade dos adjetivos *hercúleo*, *homérico* e *quixotesco*, derivados, respectivamente, dos antropônimos ficcionais *Hércules*, *Homero* e *Quixote*.

Já em relação a nomes de teorias, doutrinas e crenças, a Tabela 7.4 reúne exemplos significativos de antropônimos e respectivas formas derivadas com “ismo”, como ocorre, dentre muitos outros casos, com Buda → *budismo*; Darwin → *darwinismo*. Merece destaque neste capítulo o fato de os autores terem sustentado seus argumentos com informações fornecidas por dois dicionários monolíngues gerais da língua portuguesa online – *Dicionário Aulete Digital (DAD)* e *Grande Dicionário Houaiss (GDH)* –, além de dados extraídos do *Corpus do Português Web/Dialects* para subsidiar o fornecimento de dados estatísticos

sobre o uso contemporâneo dos fenômenos examinados que foram apresentados por meio das tabelas supramencionadas. Por fim, o Quadro 7.5 – Síntese do capítulo 7, a exemplo dos demais capítulos, de forma didática, fornece uma síntese do conteúdo discutido no sétimo capítulo.

Finalmente, o oitavo e último capítulo do livro distancia-se do estudo linguístico do antropônimo para debruçar-se sobre o “uso ficcional dos nomes próprios de pessoa e na escolha antroponímica em contextos migratórios” (p. 195). Para tanto, a temática foi discutida a partir de dois grandes tópicos: *Antropônimos e literatura* e *Antropônimos e migração*. O estudo de antropônimos fictícios é o objeto de investigação da antroponomástica literária. Os autores descrevem, nesse tópico, usos de nomes ficcionais cotejando-os com nomes reais “com base na noção linguística de norma”, trazendo também uma reflexão acerca das “especificidades do estudo da antroponímia ficcional” (p. 196), tomando em conta as particularidades da obra literária. Com o intuito de concretizar esse intento, Amaral e Seide examinam “usos baseados na etimologia dos nomes; usos baseados na norma linguística; e usos transgressores da convenção linguística” (p. 197), além da análise de exemplos que atestam o jogo estético de Paulo Leminski. Os casos examinados pelos autores mostram “casos nos quais a escolha é etimologicamente motivada, haja convergência, haja ironia entre as características da personagem e o significado etimológico do nome escolhido” (p. 199). O capítulo trata também da questão do uso de antropônimos fictícios na literatura com base na norma linguística, cujo estudo requer um paralelo entre o uso real e o fictício, o que, segundo os autores, no Brasil, ainda careceria de um maior contingente de pesquisas antroponímicas sistemáticas.

O tópico 8.1 é finalizado com dois tópicos que se entrelaçam, à medida que discutem a questão de *transgressores da convenção linguística* na literatura em termos de antropônimos fictícios com base na obra de ninguém melhor do que Paulo Leminski. Trata-se de uma abordagem enriquecedora para a compreensão da relação entre antroponímia e literatura, no caso, pautada em literatura específica sobre a obra do autor curitibano.

A segunda abordagem apresentada pelos autores no capítulo oito levanta e discute a questão da relação entre antroponímia e migração, discutindo dados acerca da antroponímia relacionada às imigrações japonesa e lituana no Brasil. Para tanto, valem-se de resultados de pesquisas recentes sobre o assunto: Nabão (2007): *O estudo de nomes próprios de nipo-brasileiros de Terra Roxa* e Seide (2017): *Antroponímia e migração: os nomes de brasileiros descendentes de lituanos*.

Em um país marcado por processos migratórios como o Brasil, esse enfoque dos estudos antroponímicos representa um campo fértil de pesquisa. Os reflexos dos contatos linguísticos na configuração dos antropônimos brasileiros carecem de maior documentação, e a formação de bancos de dados representa um imperativo para subsidiar a identificação das tendências da antroponímia brasileira nas diferentes regiões do país, particularmente a representativa de áreas de migração. O Quadro 8.10 – Síntese do capítulo reúne os principais tópicos abordados no capítulo.

Ao longo deste texto, teve-se como propósito pontuar, em cada capítulo, aspectos julgados relevantes para um texto introdutório, de modo que ao concluí-lo reitera-se o já registrado acerca da importância desta obra para os estudos onomásticos no Brasil.

As perspectivas apontadas pelos autores na conclusão do trabalho sinalizam para a necessidade de intensificação de pesquisas na área da Antroponímia/Antroponomástica no Brasil, um fértil campo de pesquisa. Espera-se que o conteúdo deste livro, ao mesmo tempo que desperte o interesse de novos pesquisadores, estimule os seus autores para novos desafios, novas publicações na área. Registrem-se, por fim, os cumprimentos aos autores pela qualidade do produto apresentado e os agradecimentos pela oportunidade de prefaciá-lo, tarefa realizada com muito prazer!

*Campo Grande, novembro de 2019.
Aparecida Negri Isquierdo*

